



# EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UNIPAMPA

Dr<sup>a</sup> Viviane Kanitz Gentil – Universidade Federal do Pampa  
**Contatos:** [vivianegentil@unipampe.edu.br](mailto:vivianegentil@unipampe.edu.br)

# EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO DA UNIPAMPA



Análise da política pública de expansão, interiorização e democratização da educação superior, com foco no processo de criação e implantação da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período 2005 a 2008, ação decorrente do Programa Expandir.

<b>Abordagem</b>	<b>Quantitativa - Qualitativa</b>	<u>Bodgan e Biklen</u> (1994) <u>Collins e Hussey</u> ( 2005) <u>Oliveira</u> (2013)
Tipo de Pesquisa	Descritiva	<u>Bodgan e Biklen</u> (1994) <u>Collins e Hussey</u> ( 2005) <u>Oliveira</u> (2013)
Estratégia de Pesquisa	Estudo de Caso	<u>Bodgan e Biklen</u> (1994) <u>Stake</u> (1998) <u>Yin</u> (2005) <u>André</u> (2005)
Cenário e Interlocutores	✓ <u>Unipampa</u> ✓ Gestores, Lideranças Política, Professores e Técnicos Administrativos	
Análise	Ciclo de Políticas Textual Descritiva	<u>Ball e Bowe</u> (1992) <u>Mainardes</u> (2006) <u>Moraes e Galliazzi</u> (2007)

Educação Superior  
Contexto Histórico  
Movimentos  
Políticas Públicas  
Governos – FHC e Lula

## Políticas Públicas



Souza (2006, p.26), define políticas públicas como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.”

Teixeira (2002) como as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, coalizões de interesses, a presença da sociedade civil torna-se fundamental, tendo em vista que há uma diversidade de interesses e visões diferentes que precisam ser debatidas, confrontadas, negociadas, para chegar a um consenso mínimo.

## Implantar e Implementar

A implementação de uma política pública é influenciada por uma série de fatores que podem ajudar ou dificultar a concretização do que foi proposto. Para Arruda (2010) aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos podem prevalecer, mas isso depende do tipo de política a ser implementada.

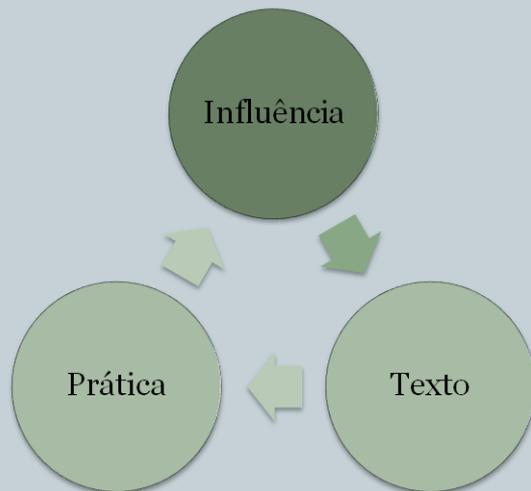
## Democratização



“A expansão, que não pode ser confundida com democratização, define-se pelo crescimento expressivo do sistema [...]”

(RISTOFF ,2008, p. 42)

## Ciclo de Políticas – Ball e Bowe (1992) Mainardes (1996)



### Influência

- Mobilização popular
- Mobilização política
- Participação popular e comunidades locais
- Políticas Públicas para Educação Superior
- Atores sociais
- Contexto
- Gestão democrática
- Estruturação da Universidade – Campus-Cursos

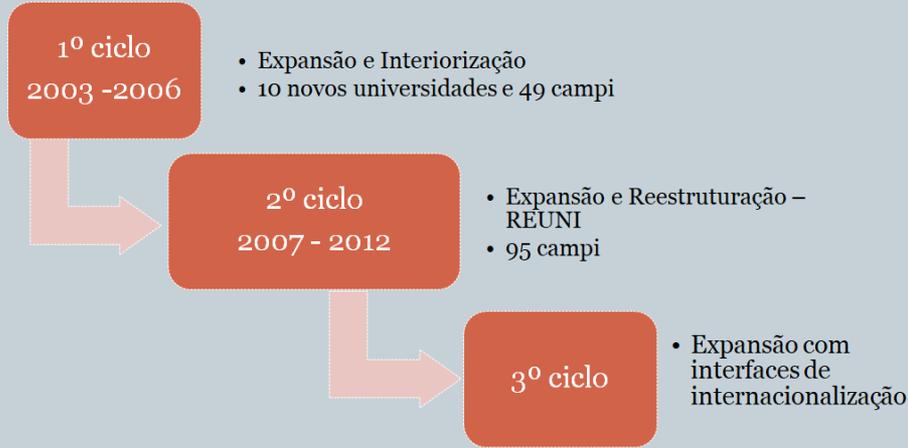
### Texto

- Políticas Públicas para Educação Superior
- Propósitos e objetivos
- Legislação
- Documentos
- Projetos e Propostas

### Prática

- Contexto Macro e Micro
- Implantação e execução de ações das políticas públicas
- Criação da Universidade
- Identidade
- Contexto se sujeitos
- Desenvolvimento regional
- Gestão democrática

# Ciclos de Expansão da Educação Pública



- ✓ Políticas públicas – Ciclo de políticas
- ✓ expansão e interiorização da educação superior pública através das universidades federais no território rio-grandense;
- ✓ impulsionadas pelas ações do Programa Expandir anterior ao Reuni;
- ✓ fundamenta-se no debate sobre as principais diretrizes das políticas públicas de expansão universitária;



## PROGRAMA EXPANDIR

- 10 universidades
- 43 campi
- 68 municípios

➢ 592 milhões até 2006



## REUNI

69 campi

2005 a 2008,  
tiveram um  
investimento de  
1,1 bilhão

### Rio Grande do Sul – Universidade Federal da Região dos Pampas – Consórcio Metade Sul

A Universidade Federal da Região dos Pampas será formada por pólos sediados em municípios da região e oferecerá, inicialmente, treze cursos de graduação integrados às necessidades da base produtiva local. Os cursos serão estruturados em dois ciclos: o ciclo básico, que será ofertado em cada um dos municípios que abrigarão pólos universitários; e o ciclo profissional, que será ofertado apenas em alguns pólos. Inicialmente, a instituição será estruturada em um consórcio: o Consórcio Universitário Metade Sul.

Uma das principais características da Universidade será a flexibilidade curricular, que permite reduzir a necessidade de grandes deslocamentos para cursar o ensino superior. Os estudantes iniciarão seus cursos nos seus municípios de origem e poderão concluí-los em um município vizinho, sem ter que emigrar até o pólo central. Além disso, os pólos universitários contarão com uma infra-estrutura que permitirá o desenvolvimento de atividades não apenas nas salas de aula, mas também através do uso de bibliotecas e da internet.

O Consórcio Universitário Metade Sul iniciará suas atividades em 2006, atendendo a 2000 alunos. Quando de sua completa implantação, prevista para

2008, contará com 400 professores e 10.000 alunos. A inovação institucional representada pela instituição se enquadra no âmbito da reforma universitária e deverá ser estendida a outras regiões do País.

## Antecedentes

- Mobilização popular;
- A intenção de uma universidade pública;
- Contexto e realidade local;
- Lideranças políticas;
- Lideranças locais;
- Interesses;
- Novo Governo Federal;
- Necessidade de investimentos;

Zero Hora 28/05/2005

EDUCAÇÃO *Federalização da Urcamp foi tema*

### Prefeitos e MEC debatem cursos federais na Metade Sul

FRANCISCO AMORIM

#### As propostas

Três possibilidades de instalação de uma instituição federal na região da Campanha foram discutidas ontem durante um encontro na Assembleia.

As propostas fazem parte dos debates sobre o pedido de transformação da Universidade da Região da Campanha (Urcamp) em instituição federal.

Participaram da reunião o ministro da Educação, Tarso Genro, prefeitos da Fronteira Oeste e representantes do legislativo estadual e federal. Os prefeitos ou representantes de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Borja e São Gabriel, cidades que têm campi da Urcamp, apoiam a proposta de federalizar o ensino da instituição. O reitor da universidade, Francisco Arno Vaz da Cunha, ficou satisfeito com a evolução do processo.

Dois técnicos do MEC foram designados para a análise da parceria e do modelo jurídico apropriado - revela o reitor.

O prefeito de Bagé, Luiz Fernando Mainardi, município sede da universidade, afirmou que a federalização da Urcamp é um sonho que está prestes a se tornar

A implantação de uma instituição federal na região pode seguir três caminhos:

■ **Concórdia Pública:** parceria entre União e universidade baseada na lei federal 11.107 de abril deste ano. A Urcamp mantém seu quadro funcional e infra-estrutura, e a União entrega com recursos para manutenção das atividades. É a proposta da maioria.

■ **Criação de infra-estrutura:** absorção da infra-estrutura pela União e realização de concurso para servidores. Proposta descartada pelo MEC e pela Urcamp.

■ **Extensões universitárias:** o MEC pode optar pela criação de núcleos de outras universidades federais do Estado na região. As prefeituras não aceitam a alternativa

realidade. No encontro, o ministro ressaltou a necessidade da instalação de uma instituição federal na região da Sul para ampliar os índices de desenvolvimento humano. O ministro se comprometeu a levar a proposta de parceria com a Urcamp ao presidente Lula.

[francisco.amorim@zerohora.com.br](mailto:francisco.amorim@zerohora.com.br)

Consórcio  
Universitário da  
Metade Sul

Universidade  
Federal da  
Região do  
Pampa

Universidade  
Federal do  
Pampa



UFP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
**PAMPA**



## Comissão de Implantação



- Unificar e constituir Identidade;
- Estruturação acadêmica e administrativa;
- Respeito as demandas regionais;
- Retomada dos princípios das políticas públicas de expansão;
- Participação da comunidade acadêmica;
- Reconhecimento regional;
- Lei de criação;
- Instalação da Reitoria;
- Orçamento;
- Planejamento;
- Documentos Institucionais;

## Considerações finais

Fruto de uma mobilização popular, política e social;

Decorrente do preconismo de investimentos na educação superior pública e de uma política pública educacional

Como se constitui o processo?

Implementação e Implantação com a participação de muitos atores, com influências dos contextos históricos, políticos e culturais

Características específicas que envolveram processos distintos e necessários e que sofreram com a falta de planejamento. Com fragilidades e também conquistas



## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo J. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. Educação & Sociedade, Campinas, ano XXII, nº75, Agosto/2001p. 15-32.
- ALCANTARA, A. Tendências mundiais em la educação superior: el papel de los organismos multilaterales. Inter-Ação. Revista da Faculdade Educação UFG,31 (1):11-33, jan./junho 2006
- ALMEIDA, Marcelo Matias de A. Concepção de Desenvolvimento Regional Construída no Processo de Criação e Implantação da UFGD. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados. 2012.
- ALONSO, José Antônio Fialho. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. Indicadores Econômicos FEE/RS, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p.101-114, mar. 2006.
- ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. Os Métodos nas Ciências e Naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Thompson, 1999.
- AMARAL, N. C.; FONSECA,M; OLIVEIRA,J.F. Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico. Educar em Revista. Curitiba.n.28, p.71-87,jul./dez.2006
- ANDIFES. Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais. Brasília. 2012. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1360930928PEEXIU.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2015
- ANDRÉ, M. É. D. A. Estudo de Caso em pesquisa e avaliação educacional Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 51-64, Jul 2001.
- APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Políticas da educação superior no Brasil: Expansão democratização: um debate contemporâneo. Espaço do Currículo, v.3, n.2, pp.501-510 Setembro de 2010 a Março de 2011.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Relatório de acompanhamento do Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (Reuni). Brasília, jan. 2010.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – SINDICATO NACIONAL. As Novas Faces da Reforma Universitária do Governo Lula e os Impactos do PDE Sobre a Educação Superior. Cadernos ANDES. Brasília, n. 25, p. 1-41, ago. 2007.
- AZEVEDO, Janete de Lins. A Educação como Política Pública. Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BALDIN, Nelma. MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BALL, Stephen.; BOWE, Richard. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. Journal of Curriculum Studies, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, S. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. Revista Portuguesa de Educação, 2002, 15(2), pp. 03-23.
- BALL, S.J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.
- BANDEIRA, Pedro. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos. A.; GALVÃO, Antônio C. F. (org.) Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- BARBALHO, Maria Goretti. Políticas para a educação superior no período de 1995 a 2006: a (re) configuração do ensino superior no Rio Grande do Norte. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARREYRO, Gladys Beatriz. Mapa do Ensino Superior Privado. Brasília – DF. MEC/INEP, 2008. Disponível em <http://each.uspnet.usp.br/gladys/Mapa%20do%20ensino%20superior%20privado.pdf>. Acesso 01 de maio de 2015.
- BIANCHI, C.A. (et al) O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002)- um estudo introdutório. Educação e Pesquisa. N°001.p51-72.2004.
- BOGDAN, R., BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 10 de abril de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº2306 de 19 de agosto de 1997. Revogado pelo Decreto 3.860/01. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2306.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm). Acesso em: 10 de maio de 2015
- BRASIL. Ministério da Educação. Legislação Educacional. Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.860 de 09 de julho de 2001. Revogado pelo Decreto 5.773/2006. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3860.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm) Acesso em 10 de maio de 2015.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto de 20 de outubro de 2003. Brasília, 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Disponível em: <http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de jan. de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 de abril de 2015.